

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E DIREITO INTERTEMPORAL

1. Meios de impugnação	35
2. Conceito de recurso	35
3. Classificação	36
3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	36
3.2. Quanto à fundamentação	37
3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	37
3.4. Quanto à independência	38
3.4.1. Recurso adesivo (subordinado)	38
3.5. Resumo das classificações	40
4. Direito intertemporal	40
4.1. Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista)	43
4.2. Ação rescisória	43
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo	44

CAPÍTULO II

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE RECURSO

1. Sentença	45
1.1. Conceito	45
1.2. Requisitos	46
1.2.1. Fundamentação	48
1.2.1.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	53
1.3. Classificação	55
1.4. Recorribilidade	56
2. Decisão interlocutória	56
2.1. Recorribilidade	57
2.1.1. Julgamento Antecipado	58
2.1.1.1. Julgamento Antecipado Total	58

2.1.1.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito	58
2.1.2.	Natureza da decisão que reconhece a incompetência e recorribilidade	60
2.1.3.	Impugnação das decisões interlocutórias nas contrarrazões	61
3.	Acórdão	63
3.1.	Recorribilidade	63
4.	Despacho	63
4.1.	Recorribilidade	64
5.	Informativos do TST relacionados ao capítulo	64

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS RECURSAIS	65
1. Princípio do duplo grau de jurisdição	65
2. Princípio da taxatividade (tipicidade)	65
3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	66
4. Princípio da consumação	66
5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	67
6. Princípio da dialeticidade	69
6.1. Motivação secundária e impertinente	71
6.2. Princípio da dialeticidade no recurso ordinário	73
7. Princípio da voluntariedade	75
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	76
9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	76
10. Princípio da primazia da decisão de mérito	81
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	83
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo	84
12.1. Princípio da fungibilidade	84
12.2. Princípio da dialeticidade	84
12.3. Princípio da Unirrecorribilidade das decisões	85

CAPÍTULO IV

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	87
1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	87
1.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN n° 40 do TST) ...	90
1.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial	91
1.1.2. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e omissivo em um único recurso de revista	92
1.1.3. Observações sobre a Instrução Normativa n° 40 do TST	93
1.2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade	95
2. Súmula do TST e orientação jurisprudencial relacionadas ao capítulo	96
2.1. Juízo de admissibilidade	96

CAPÍTULO V

PRESSUPOSTOS RECURSAIS	97
1. Introdução.....	97
2. Cabimento.....	98
3. Legitimidade para recorrer	98
3.1. Partes	99
3.1.1. Recurso interposto por somente um litisconsorte	99
3.1.2. União quanto às contribuições previdenciárias	100
3.1.3. Autarquias e fundações	101
3.1.4. Serventuários eventuais da justiça	104
3.1.5. Testemunha no caso de aplicação da multa do art. 793-D da CLT	104
3.1.6. Advogado	107
3.1.7. <i>Amicus curiae</i>	108
3.2. Terceiro prejudicado.....	108
3.3. Ministério Público	110
4. Interesse em recorrer	113
4.1. Interesse recursal na extinção do processo sem resolução do mérito	113
4.2. Interesse recursal na cumulação de pedidos.....	113
4.3. Interesse recursal na improcedência dos pedidos	114
5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	116
5.1. Aceitação da decisão.....	116
5.2. Renúncia	116
5.3. Desistência	117
5.3.1. Desistência de recurso paradigma em julgamento de revista repetitivo e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida	117
6. Tempestividade	118
6.1. Intempestividade.....	121
6.2. Momento de comprovação da tempestividade.....	121
6.3. Intempestividade conhecida de ofício em recurso posterior	126
6.4. Princípios dos prazos processuais	126
6.5. Contagem dos prazos recursais	127
6.5.1. Contagem dos prazos em dias úteis	128
6.5.1.1. Direito intertemporal	128
6.5.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento ..	130
6.5.3. Início da contagem do prazo recursal para o Ministério Público do Trabalho	132
6.5.4. Início da contagem para recorrer da multa aplicada à testemunha	132
6.5.5. Contagem dos prazos recursais no processo eletrônico	133
6.5.6. Contagem do período para apresentação dos originais no recurso interposto via fac-símile	134
6.5.7. Interrupção e suspensão dos prazos recursais.....	135
6.5.7.1. Recesso forense	137

6.6.	Prazos recursais diferenciados	140
6.6.1.	Prazo diferenciado das contrarrazões	141
7.	Representação	142
7.1.	Condições de validade do mandato	145
7.1.1.	Mandato firmado em nome de pessoa jurídica	147
7.2.	Cláusula limitativa de poderes no âmbito do TRT	148
7.3.	Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	148
7.4.	Substabelecimento	151
7.5.	Representação por preposto	153
7.6.	Representação por estagiário	154
7.7.	Representação das pessoas jurídicas de direito público	155
7.7.1.	Representação das autarquias e fundações por procuradores do Estado ou município	157
7.7.2.	Representação da União para recorrer quanto às contribuições previdenciárias	158
7.8.	Revogação do mandato	159
7.9.	Irregularidade de representação	160
8.	Preparo	162
8.1.	Custas processuais	162
8.1.1.	Valor das custas processuais	162
8.1.1.1.	Fase de conhecimento	162
8.1.1.2.	Fase de execução	164
8.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas	164
8.1.3.	Momento de pagamento	165
8.1.3.1.	Inversão do ônus da sucumbência	166
8.1.3.1.1.	Reembolso das custas à parte vencedora ..	167
8.1.4.	Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária	170
8.1.5.	Comprovação do pagamento das custas processuais	171
8.1.6.	Guia para recolhimento e possibilidade de regularização	171
8.1.7.	Diferença no pagamento e complementação das custas	172
8.1.7.1.	Ausência de recolhimento das custas processuais e pagamento em dobro	174
8.1.8.	Isenção do pagamento das custas	175
8.1.8.1.	Beneficiário da justiça gratuita	175
8.1.8.1.1.	Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural	177
8.1.8.1.2.	Benefício da justiça gratuita ao empregador	180
8.1.8.1.3.	Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita	181

8.1.8.1.4.	Rejeição da concessão do benefício da Justiça gratuita e o contraditório prévio ...	183
8.1.8.1.5.	Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da Justiça gratuita...	185
8.1.8.1.6.	Impugnação da decisão que concede o benefício da Justiça, mas impõe o pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios	185
8.1.8.1.7.	Efeitos da revogação do benefício.....	187
8.1.8.1.8.	Revogação de ofício	189
8.1.8.1.9.	Reforma da decisão que concede o benefício em sede recursal	189
8.1.8.2.	Empresas públicas e sociedades de economia mista	189
8.1.8.3.	Entidades fiscalizadoras do exercício profissional	189
8.1.9.	Massa falida, empresas em liquidação extrajudicial e em recuperação judicial.....	190
8.1.10.	Recolhimento em caso de litigância de má-fé	191
8.2.	Depósito recursal.....	193
8.2.1.	Ações que exigem o depósito recursal.....	193
8.2.2.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial	194
8.2.3.	Sujeitos que devem recolher o depósito recursal.....	196
8.2.4.	Valor do depósito recursal	196
8.2.4.1.	Redução do valor do depósito recursal pela metade....	198
8.2.5.	Depósito na fase de execução	199
8.2.6.	Depósito recursal nas condenações solidária e subsidiária.....	200
8.2.6.1.	Condenação solidária.....	200
8.2.6.2.	Condenação subsidiária	201
8.2.7.	Depósito na reclamação plúrima e na substituição processual	202
8.2.8.	Depósito recursal de decisão anulada	202
8.2.9.	Depósito recursal no julgamento antecipado parcial de mérito ...	202
8.2.10.	Recursos que exigem o depósito recursal.....	203
8.2.10.1.	Depósito recursal no agravo de instrumento.....	204
8.2.10.2.	Depósito recursal em recurso na ação rescisória	205
8.2.11.	Prazo para recolhimento e para comprovação do depósito recursal.....	206
8.2.12.	Forma de realização do depósito recursal	207
8.2.13.	Comprovação do depósito recursal e possibilidade de regularização	208
8.2.14.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	210
8.2.15.	Correção monetária	211
8.2.16.	Liberação do depósito recursal	212
8.2.16.1.	Liberação do depósito recursal em execução provisória.....	212

8.2.17.	Dispensa do recolhimento do depósito	214
8.2.17.1.	Beneficiário da justiça gratuita	214
8.2.17.2.	Entidades filantrópicas	215
8.2.17.3.	Empresas em recuperação judicial	215
8.2.17.4.	Massa falida	216
8.2.17.5.	Empresa em liquidação extrajudicial	217
8.2.18.	Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal.....	218
9.	Regularidade formal.....	218
9.1.	Motivação do recurso	219
9.2.	Assinatura	223
10.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	224
10.1.	Legitimidade e interesse para recorrer	224
10.2.	Tempestividade	224
10.3.	Representação.....	225
10.4.	Custas processuais	227
10.5.	Depósito Recursal.....	228
10.6.	Depósito de multa por litigância de má-fé	229
10.7.	Regularidade formal.....	229
11.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	229
11.1.	Momento de análise. Preclusão <i>pro iudicato</i>	229
11.2.	Cabimento.....	230
11.2.1.	Erro grosseiro	230
11.2.2.	Legitimidade.....	230
11.2.3.	Interesse	231
11.2.4.	Tempestividade.....	232
11.2.5.	Representação	235
11.2.6.	Assinatura digital	236
11.2.7.	Preparo.....	238
11.2.7.1.	Custas processuais	238
11.2.7.2.	Depósito Recursal	241
11.2.8.	Recurso enviado por fac-símile e via e-doc.....	248
11.2.9.	Multa por litigância de má-fé	250
11.2.10.	Regularidade formal	251
11.2.11.	Juntada de documentos	252

CAPÍTULO VI

EFETOS RECURSAIS	253
1. Efeito obstativo.....	253
2. Efeito devolutivo.....	253
2.1. Extensão do efeito devolutivo	254
2.2. Profundidade do efeito devolutivo	254

2.2.1. Profundidade do efeito devolutivo nos recursos de natureza extraordinária.....	256
3. Efeito suspensivo	258
3.1. Tutela provisória deferida na sentença e concessão de efeito suspensivo ..	258
4. Efeito translativo	261
4.1. Efeito translativo nos recursos de natureza extraordinária	262
4.2. Pronunciamento <i>ex officio</i> da prescrição.....	265
5. Efeito regressivo	266
6. Efeito expansivo	266
7. Efeito substitutivo	267
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	268
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	268

CAPÍTULO VII

NULIDADES	271
1. Vícios processuais: classificação	271
2. Princípios das nulidades processuais.....	271
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	272
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	272
2.2.1. Protesto	274
2.3. Princípio da economia processual	276
2.4. Princípio do interesse	276
2.5. Princípio da utilidade	276
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	276
2.7. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	277
3. Vícios na decisão.....	277
3.1. Julgamento <i>extra petita</i>	278
3.1.1. Impugnação da decisão <i>extra petita</i>	278
3.2. Julgamento <i>ultra petita</i>	279
3.2.1. Impugnação da decisão <i>ultra petita</i>	279
3.3. Julgamento <i>citra petita</i>	279
3.3.1. Impugnação da decisão <i>citra petita</i>	281
3.4. Não aplicação do princípio da congruência	284
4. Saneamento de vício em grau recursal	285
4.1. Saneamento ou desconsideração de vício relacionado aos pressupostos recursais.....	285
4.2. Saneamento de defeitos que atingem os atos do juiz	288

CAPÍTULO VIII

DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	289
1. Introdução.....	289
2. Regimento interno dos tribunais	289
3. Competência Originária e Derivada	289

4. Câmaras regionais descentralizadas.....	290
5. Registro e distribuição	290
6. Prevenção e conexão.....	291
7. Intervenção do Ministério Público do Trabalho	292
8. Produção de provas nos Tribunais.....	292
8.1. Juntada de documentos.....	293
9. Poderes do Relator.....	294
10. Sessões de Julgamento	297
11. Sustentação oral	299
12. Pedido de vista	301
13. Resultado	301
14. Acórdão.....	302
14.1. Notas Taquigráficas	303
15. Técnica de Julgamento do art. 924 do CPC/15	303
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	305

CAPÍTULO IX

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL	307
1. Generalidades	307
2. Majoração dos honorários advocatícios na fase recursal.....	309
3. Legitimidade para recorrer quanto aos honorários advocatícios	311
4. Pedido implícito.....	311
5. Condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento dos honorários advocatícios.....	312
6. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal.....	313

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO X

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	317
1. Introdução.....	317
2. Competência.....	317
3. Hipóteses de cabimento	317
3.1. Omissão	318
3.2. Contradição.....	320
3.3. Obscuridade.....	320
3.4. Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso....	321
3.5. Correção de erros materiais	322
4. Prazo para interposição	322
4.1. Lei nº 13.467/17 – Direito intertemporal	322
5. Pronunciamentos recorríveis	323

5.1.	Decisão monocrática do relator.....	324
5.1.1.	Embargos de declaração com objetivo de integrar a decisão monocrática.....	324
5.1.2.	Embargos de declaração com objetivo de modificar a decisão monocrática.....	326
5.2.	Embargos de declaração do juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista.....	327
6.	Obrigatoriedade de interposição dos embargos de declaração.....	329
7.	Embargos de declaração com efeito modificativo	331
7.1.	Necessidade de contraditório.....	332
8.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração	333
8.1.	Efeito interruptivo e o mandado de segurança	333
8.2.	Efeito interruptivo e desistência dos embargos.....	334
8.3.	Não produção do efeito interruptivo	335
8.4.	Recurso interposto pela parte adversa e o efeito interruptivo	335
9.	Efeito suspensivo	337
10.	Embargos de declaração protelatórios.....	337
10.1.	Cumulação da multa dos embargos de declaração protelatórios e da litigância de má-fé	339
11.	Embargos de declaração de decisão embargada	341
12.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	341
13.	Recurso principal e embargos de declaração interpostos simultaneamente	342
14.	Procedimento	343
15.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	344
16.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	345

CAPÍTULO XI

RECURSO ORDINÁRIO	349	
1.	Introdução.....	349
2.	Hipóteses de cabimento	349
2.1.	Recurso ordinário de sentença	350
2.2.	Recurso ordinário de acórdão do TRT	351
2.3.	Recurso ordinário de decisão interlocutória	351
3.	Juízo de retratação	354
4.	Novas questões de fato.....	354
5.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	355
5.1.	Introdução.....	355
5.2.	Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito (art. 1.013, § 3º, I).....	357
5.3.	Sentença que contraria a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II)	357
5.4.	Sentença que não analisa pedido (art. 1.013, § 3º, III)	357
5.5.	Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV).....	358
5.6.	Acolhimento de prescrição ou decadência (art. 1.013, § 4º)	359

5.7. Impugnação da decisão que não julga o mérito imediatamente no tribunal	360
6. Procedimento	360
6.1. Procedimento do recurso ordinário no rito sumaríssimo	363
7. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	363
8. Informativos do TST relacionados ao capítulo	363

CAPÍTULO XII

AGRAVO DE PETIÇÃO	367
1. Introdução	367
2. Competência	367
3. Objeto (decisões impugnáveis)	368
3.1. Decisão de liquidação	369
3.2. Decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente	371
3.3. Decisão que inclui o devedor no banco nacional de devedores trabalhistas	372
4. Delimitação da matéria e dos valores objetos de discordância	373
5. Efeito	374
6. Preparo	375
6.1. Custas processuais	375
6.2. Depósito recursal	375
7. Agravo de petição na execução provisória	376
8. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica ...	377
9. Recurso adesivo no agravo de petição	379
10. Esquema	379
11. Procedimento	380
12. Súmulas do TST relacionadas ao capítulo	382
13. Informativos do TST relacionados ao capítulo	383

CAPÍTULO XIII

RECURSO DE REVISTA	385
1. Introdução	385
2. Reexame de fatos e provas	386
3. Prazo	387
4. Competência	387
5. Decisões suscetíveis de recurso de revista	388
5.1. Acórdão proferido em grau de recurso ordinário	388
5.2. Acórdão proferido em agravo de petição	388
5.2.1. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	388
5.2.2. Prescrição intercorrente	390
5.3. Acórdão de competência originária do TRT	391
5.4. Acórdão proferido em agravo de instrumento	392
5.5. Acórdão com natureza de decisão interlocutória	394

5.6.	Decisão monocrática	395
5.7.	Acórdão proferido em agravo interno e agravo regimental.....	395
5.8.	Acórdão proferido em reexame necessário.....	396
6.	Hipóteses de cabimento	396
7.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	399
7.1.	Divergência jurisprudencial.....	400
7.1.1.	Conceito	400
7.1.2.	Cabimento	401
7.1.2.1.	Divergência deve ser na interpretação de lei federal (alínea a)	402
7.1.2.2.	Divergência na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa.....	403
7.1.2.3.	Divergência entre tribunais regionais diferentes.....	405
7.1.2.4.	Recurso de revista quando contrariar decisões da SDI (I ou II), decisões do Pleno do TST no recurso de revista repetitivo, súmulas do TST, súmulas vinculantes do STF, orientações jurisprudenciais do TST e precedentes normativos.....	406
7.1.2.5.	Esquema do cabimento do recurso de revista por divergência	407
7.1.3.	Divergência atual	407
7.1.4.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial ...	407
7.1.4.1.	Decisão impugnada em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial	408
7.1.4.2.	Divergência com súmula de outro TRT	409
7.1.4.3.	Demonstração analítica.....	410
7.1.5.	Abrangência parcial da divergência.....	410
7.1.6.	Comprovação da divergência	412
7.1.7.	Incidente de uniformização.....	416
7.1.7.1.	Generalidades.....	416
7.1.7.2.	Deveres dos Tribunais	418
7.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	419
7.2.1.	Introdução.....	419
7.2.2.	Conceito de dispositivo de lei e norma constitucional.....	420
7.2.3.	Indicação do dispositivo violado.....	421
7.2.3.1.	Violação frontal do dispositivo indicado como violado..	422
7.2.4.	Demonstração analítica do dispositivo violado	422
7.2.5.	Interpretação razoável de dispositivo	423
7.2.6.	Violação reflexa da norma constitucional	424
7.3.	Prequestionamento.....	425
7.3.1.	Conceito	425
7.3.2.	Tese explícita	426

7.3.2.1. Motivação <i>per relationem</i>	427
7.3.3. Exigência de prequestionamento em matéria de ordem pública..	429
7.3.4. Violação nascida na própria decisão recorrida.....	432
7.3.5. Obrigatoriedade de oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento	433
7.3.5.1. Necessidade de invocação da matéria no recurso principal	434
7.3.6. Prequestionamento ficto	436
7.3.7. Omissão no acórdão regional quanto à matéria fática.....	439
7.3.8. Voto vencido para fins de prequestionamento.....	441
7.3.9. Dever de o recorrente transcrever o trecho prequestionado	442
7.4. Transcendência	443
7.4.1. Generalidades.....	443
7.4.2. Repercussão geral	444
7.4.3. Indicadores de transcendência	446
7.4.3.1. Critério econômico.....	447
7.4.3.2. Critério político.....	449
7.4.3.3. Critério social.....	450
7.4.3.4. Critério jurídico	451
7.4.4. Necessidade de alegação e fundamentação da transcendência pelo recorrente	451
7.4.5. Análise da transcendência pelo relator	452
7.4.6. Recurso da decisão do relator.....	452
7.4.7. Sustentação oral no agravo	453
7.4.8. Fundamentação do agravo não provido.....	453
7.4.9. Irrecorribilidade do agravo não provido.....	454
7.4.10. Decisão do relator em agravo de instrumento.....	454
7.4.11. Análise da transcendência pelo presidente do TRT	456
7.4.12. Direito intertemporal	456
8. Recurso de revista no rito sumaríssimo	457
9. Recurso de revista na fase de execução	458
9.1. Execução de título extrajudicial	458
10. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	459
11. Procedimento	460
12. Recurso de revista de causas repetitivas	463
12.1. Introdução.....	463
12.2. Requisitos.....	464
12.3. Processamento	464
12.3.1. Competência.....	464
12.3.2. Proposta de afetação	465
12.3.3. Iniciativa da proposta de afetação	466
12.3.4. Decisão de afetação.....	467
12.3.5. Suspensão de outros recursos.....	468

12.3.6.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso ...	471
12.3.7.	Instrução	472
12.3.8.	Julgamento.....	473
12.3.8.1.	Efeito do julgamento para os processos futuros.....	474
12.3.9.	Banco de dados de casos repetitivos	475
12.3.10.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	475
12.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	476
13.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	477
13.1.	Prequestionamento.....	477
13.2.	Princípio da fungibilidade.....	478
13.3.	Cabimento.....	478
13.4.	Divergência Jurisprudencial	478
13.5.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	480
13.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	480
14.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	481
14.1.	Transcendência	485
14.2.	Divergência Jurisprudencial	486

CAPÍTULO XIV

EMBARGOS NO TST	489	
1.	Contextualização.....	489
2.	Embargos infringentes.....	492
2.1.	Introdução.....	492
2.2.	Previsão legal	492
2.3.	Prazo.....	492
2.4.	Competência	493
2.5.	Requisitos.....	493
2.6.	Decisões suscetíveis de impugnação.....	493
2.7.	Peculiaridades dos pressupostos recursais	494
2.8.	Procedimento	494
3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	495
3.1.	Introdução.....	495
3.2.	Previsão legal	496
3.3.	Prazo.....	496
3.4.	Competência	496
3.4.1.	Julgamento pelo relator	497
3.5.	Hipóteses de cabimento	498
3.6.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	499
3.6.1.	Divergência jurisprudencial	500
3.6.1.1.	Conceito.....	500
3.6.1.2.	Divergência atual	501

3.6.1.3.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	501
3.6.1.3.1.	Súmula ou orientação de conteúdo processual.....	502
3.6.1.4.	Abrangência parcial da divergência.....	503
3.6.1.5.	Comprovação da divergência.....	505
3.6.2.	Prequestionamento.....	509
3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo.....	509
3.8.	Embargos de divergência na fase executiva.....	510
3.9.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo.....	512
3.10.	Embargos de divergência e recurso extraordinário.....	520
3.11.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	521
3.12.	Procedimento.....	521
4.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	523
4.1.	Recurso de Embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST.....	523
4.1.1.	Cabimento.....	523
4.1.2.	Divergência Jurisprudencial.....	524
4.1.3.	Embargos para a SDI no rito sumaríssimo.....	525
4.1.4.	Embargos para a SDI na fase executiva.....	525
5.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	526

CAPÍTULO XV

AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	539
1. Introdução.....	539
2. Previsão legal.....	539
3. Prazo.....	540
4. Competência.....	540
5. Hipótese de cabimento.....	540
5.1. Juízo de admissibilidade parcial.....	542
6. Natureza da decisão de admissibilidade.....	543
7. Recursos que podem ser destrancados pelo agravo de instrumento.....	543
7.1. Agravo em recurso extraordinário e recurso de revista.....	544
7.2. Agravo de instrumento de decisão que denega seguimento ao agravo de instrumento.....	545
8. Pressupostos recursais.....	547
8.1. Depósito recursal.....	547
8.2. Formação do instrumento.....	548
8.2.1. Deficiência no traslado.....	549
8.2.2. Processo judicial eletrônico e agravo de instrumento no TST.....	550
8.3. Regularidade formal (fundamentação).....	550
8.3.1. Motivação secundária e impertinente.....	553
9. Efeitos.....	555
10. Juízo de retratação.....	555

11. Julgamento do mérito do agravo de instrumento	555
12. Decisão do agravo de instrumento. Recorribilidade	556
12.1. Agravo de instrumento não provido	556
12.2. Decisão do relator que considera ausente a transcendência no agravo de instrumento.....	556
13. Procedimento	558
14. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	561
15. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	562

CAPÍTULO XVI

AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL.....	567
1. Introdução.....	567
2. Distinção	568
3. Prazo	569
4. Competência.....	569
5. Objeto	569
5.1. Decisão colegiada	569
5.2. Embargos de declaração recebidos como agravo interno.....	570
6. Pressupostos recursais	571
6.1. Agravo regimental por instrumento	571
7. Multa.....	572
7.1. Cumulação da multa do agravo interno com a indenização por litigância de má-fé	574
8. Procedimento	575
9. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	579
10. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	580

CAPÍTULO XVII

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	583
1. Introdução.....	583
2. Previsão legal	583
3. Prazo	584
4. Competência.....	584
5. Hipóteses de cabimento	584
5.1. Decisão de última instância	585
5.2. Decisão de única instância	586
5.3. Esquema.....	587
6. Pressupostos recursais	588
6.1. Repercussão geral.....	588
6.1.1. Reconhecimento da repercussão geral.....	589
6.1.2. Não reconhecimento da repercussão geral.....	590
6.1.3. Intervenção <i>amicus curiae</i>	590
6.2. Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	591

6.3. Prequestionamento.....	592
7. Efeito.....	592
8. Procedimento	593
8.1. Recurso Extraordinário Repetitivo	595

CAPÍTULO XVIII

RECURSO DE REVISÃO	599
1. Introdução.....	599
2. Previsão legal	599
3. Prazo	599
4. Competência.....	599
5. Hipótese de cabimento.....	600
6. Pressupostos recursais	600
7. Efeito.....	600
8. Procedimento	600

PARTE III

ASSUNTOS RELACIONADOS AOS RECURSOS

CAPÍTULO XIX

REMESSA NECESSÁRIA	605
1. Introdução.....	605
2. Sujeitos.....	605
3. Natureza jurídica	606
4. Recurso parcial da Fazenda Pública e a remessa necessária	607
5. Decisão submetida ao reexame necessário	608
6. Dispensa do reexame necessário	609
6.1. Hipóteses do art. 496, §§ 3º e 4º, do CPC.....	609
6.2. Ação popular e ação civil pública	612
7. Remessa necessária na ação rescisória	613
8. Remessa necessária no mandado de segurança	613
9. Julgamento monocrático da remessa necessária	615
10. <i>Reformatio in pejus</i>	616
11. Remessa necessária e o recurso de revista	616
12. Remessa necessária e a Execução provisória.....	617
13. Súmula do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	617
14. Informativo do TST relacionado ao capítulo.....	618

CAPÍTULO XX

PRECEDENTES JUDICIAIS	619
1. Introdução.....	619

2.	Famílias jurídicas.....	619
2.1.	<i>Civil law</i> (família romano-germânica).....	620
2.2.	<i>Common law</i> (família anglo-saxônica).....	620
2.3.	Aproximação entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	622
3.	Precedentes judiciais.....	622
3.1.	Conceito.....	622
3.2.	Natureza jurídica dos precedentes judiciais.....	623
3.3.	Classificação dos precedentes.....	624
3.4.	Estrutura dos precedentes.....	624
3.4.1.	<i>Ratio decidendi</i> ou <i>holding</i>	625
3.4.2.	<i>Obter dictum</i>	627
3.5.	Precedente, jurisprudência e súmula.....	628
3.6.	Precedentes judiciais no direito brasileiro.....	629
3.6.1.	Regras e princípios atingidos.....	629
3.6.2.	Rol dos precedentes obrigatórios no CPC/15.....	629
3.6.2.1.	Súmulas.....	631
3.6.2.1.1.	Súmulas anteriores ao CPC/15.....	633
3.6.2.2.	Decisão judicial.....	634
3.6.3.	Deveres gerais dos tribunais.....	636
3.6.4.	Outros efeitos dos precedentes.....	637
3.6.5.	Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro.....	640
3.7.	Técnicas para utilização dos precedentes.....	642
3.7.1.	<i>Distinguishing</i>	642
3.7.2.	Superação dos precedentes judiciais.....	644
3.7.2.1.	<i>Overruling</i>	645
3.7.2.1.1.	Fundamentação.....	649
3.7.2.1.2.	Hipóteses de superação.....	650
3.7.2.1.3.	Quem pode realizar a superação.....	651
3.7.2.2.	<i>Signaling</i> (Sinalização).....	652
3.7.2.3.	<i>Overriding</i>	653
3.7.2.4.	Eficácia temporal na superação do precedente.....	653
4.	Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho.....	655
4.1.	Omissão na CLT.....	657
4.2.	Compatibilidade com o processo do trabalho.....	657
4.3.	Súmulas e enunciados de Jurisprudência do TST.....	660
4.3.1.	Criação e alteração.....	660
4.3.2.	Súmulas e outros enunciados dos TRTs.....	663
4.3.3.	Conteúdo das súmulas e outros enunciados.....	663
5.	Ônus de identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção ou superação.....	665
6.	Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório.....	666
7.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	667

CAPÍTULO XXI

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	669
1. Introdução.....	669
2. Natureza jurídica	670
3. Cabimento e requisitos.....	671
4. Competência.....	673
5. Legitimidade	673
5.1. Desistência ou abandono	674
6. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	674
6.1. Banco de dados de casos repetitivos	675
6.2. <i>Amicus curiae</i> e participação de interessados.....	676
6.3. Intervenção do Ministério Público	676
6.4. Motivação reforçada	676
6.5. Revisão da tese jurídica firmada no incidente.....	677
7. Microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos (suspensão dos processos)	678
7.1. Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória	679
7.2. Extensão da suspensão	679
7.3. Prazo da suspensão.....	680
8. Procedimento e julgamento	680
9. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	682
9.1. Ação rescisória	683
10. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas	683
10.1. Natureza Jurídica	684
10.2. Objeto	684
10.3. Legitimidade	686
10.4. Competência	686
10.5. Julgamento	687
10.6. Coisa Julgada	687
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	688

CAPÍTULO XXII

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	689
1. Introdução.....	689
2. Cabimento.....	689
3. Competência.....	690
4. Legitimidade	690
5. Objetivos	691
6. Requisitos.....	691
7. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	692
8. Procedimento	693
9. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência....	694

10. Diferenças entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência	694
11. Assunção de competência no TST	696

CAPÍTULO XXIII

RECLAMAÇÃO	699
1. Previsão legal	699
2. Natureza Jurídica	700
3. Cabimento	701
3.1. Preservação da competência do tribunal	701
3.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal	702
3.3. Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante	702
3.4. Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	703
3.5. Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência	704
3.6. Garantia de observância de acórdão em repercussão geral reconhecida ou acórdão em recurso extraordinário repetitivo ou em recurso de revista repetitivo	704
4. Reclamação como mecanismo de controle dos precedentes obrigatórios	705
5. Reclamação de decisão transitada em julgado	707
6. Reclamação de decisão monocrática e colegiada do TST	708
7. Reclamação e recurso da mesma decisão	708
8. Competência	709
9. Legitimidade	709
10. Prazo	710
11. Procedimento	710
12. Recurso da decisão da reclamação	711
13. Informativos do TST relacionados ao capítulo	711

CAPÍTULO XXIV

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	715
1. Introdução	715
2. Previsão	715
3. Prazo	715
4. Competência	715
5. Requisitos	716
6. Hipóteses de cabimento	716
7. Procedimento	716
8. Informativo relacionado ao capítulo	717

PARTE IV
PRÁTICA RECURSAL

1. Introdução.....	721
2. Embargos de declaração	722
2.1. Embargos de declaração da sentença	722
2.1.1. Modelo	722
2.1.2. Caso prático	725
2.2. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	727
2.2.1. Modelo	727
2.2.2. Caso prático	729
2.3. Contrarrazões em embargos de declaração	731
2.3.1. Modelo	731
2.3.2. Caso prático	733
3. Recurso ordinário	735
3.1. Recurso Ordinário de Sentença.....	735
3.1.1. Modelo	735
3.1.2. Caso prático	738
3.2. Recurso Ordinário de acórdão do TRT	741
3.2.1. Modelo	741
3.2.2. Caso prático	744
3.3. Recurso Ordinário de decisão que julga parcialmente o mérito	746
3.3.1. Modelo	746
3.3.2. Caso prático	749
3.4. Recurso Ordinário de sentença normativa	751
3.4.1. Modelo	751
3.4.2. Caso prático	753
3.5. Contrarrazões de recurso ordinário	756
3.5.1. Modelo	756
3.5.2. Caso prático	758
4. Agravo de petição	760
4.1. Agravo de Petição	760
4.1.1. Modelo	760
4.1.2. Caso prático	763
4.2. Contraminuta	766
4.2.1. Modelo	766
4.2.2. Caso prático	768
5. Recurso de revista.....	771
5.1. Recurso de Revista por divergência jurisprudencial	771
5.1.1. Modelo	771
5.1.2. Caso prático	774
5.2. Recurso de Revista por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	782

5.2.1.	Modelo	782
5.2.2.	Caso prático	786
5.3.	Contrarrazões	791
5.3.1.	Modelo	791
5.3.2.	Caso prático	793
6.	Embargos ao TST	796
6.1.	Embargos Infringentes.....	796
6.1.1.	Modelo	796
6.1.2.	Caso prático	799
6.2.	Contrarrazões aos Embargos Infringentes.....	802
6.2.1.	Modelo	802
6.2.2.	Caso prático	804
6.3.	Embargos de Divergência (Embargos à SDI)	807
6.3.1.	Modelo	807
6.3.2.	Caso prático	810
6.4.	Contrarrazões aos Embargos de Divergência.....	816
6.4.1.	Modelo	816
6.4.2.	Caso prático	818
7.	Recurso adesivo	822
7.1.	Recurso Ordinário Adesivo	822
7.1.1.	Modelo	822
7.1.2.	Caso prático	825
7.2.	Agravo de Petição Adesivo	829
7.2.1.	Modelo	829
7.3.	Recurso de Revista Adesivo.....	833
7.3.1.	Modelo	833
7.4.	Embargos ao TST Adesivos	837
7.4.1.	Modelo de embargos infringentes adesivos.....	837
7.4.2.	Modelo de embargos de divergência adesivos.....	840
8.	Agravo de instrumento	843
8.1.	Agravo de Instrumento	843
8.1.1.	Modelo	843
8.1.2.	Caso prático	846
8.2.	Agravo de Instrumento de juízo de admissibilidade parcial por negativa da prestação jurisdicional (IN nº 40/2016 do TST)	850
8.2.1.	Modelo	850
8.2.2.	Caso prático	853
8.3.	Contraminuta ao Agravo de Instrumento	856
8.3.1.	Modelo	856
8.3.2.	Caso prático	858
9.	Agravo interno.....	861
9.1.	Agravo Interno	861
9.1.1.	Modelo	861

9.1.2. Caso prático	863
9.2. Contraminuta	866
9.2.1. Modelo	866
9.2.2. Caso prático	868
10. Recurso extraordinário	871
10.1. Recurso Extraordinário	871
10.1.1. Modelo	871
10.1.2. Caso prático	875
10.2. Contrarrazões	882
10.2.1. Modelo	882
10.2.2. Caso prático	884
11. Recurso de revisão	887
11.1. Recurso de Revisão	887
11.1.1. Modelo	887
11.1.2. Caso prático	889
11.2. Contrarrazões	891
11.2.1. Modelo	891
11.2.2. Caso prático	893
12. Reclamação correicional	895
12.1. Reclamação Correicional	895
12.1.1. Modelo	895
12.1.2. Caso prático	897
13. Reclamação	899
13.1. Reclamação	899
13.1.1. Modelo	899
13.1.2. Caso Prático	901
BIBLIOGRAFIA	905